

O Escândalo da Falência da Companhia Geral do Crédito Predial Português na Agonia da Monarquia Constitucional (1910)

The Scandal of the Bankruptcy of Companhia Geral do Crédito Predial Português in the Agony of the Constitutional Monarchy (1910)

João Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
joaoduartedeoliveira@gmail.com

Vasco Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CIC Digital.Porto/CITCEM
vribeiro@letras.up.pt

Resumo

O presente artigo tem como objetivo o estudo da cobertura jornalística da falência de uma instituição de crédito bancário, em 1910: o Crédito Predial Português. Pretendemos avaliar a cobertura que a imprensa – em particular, alguma da que se situava na oposição ao governo em funções e/ou ao regime político vigente: *O Século*, *O Dia* e *O Mundo* – fez do escândalo. Procederemos a análises quantitativas e qualitativas, a fim de avaliar os enquadramentos noticiosos e o tom e a linguagem usadas. Examinaremos o recurso a fontes de informação: a frequência com são movidas, os graus de confidencialidade (à luz de teorias atuais), a preponderância no corpo do texto de cada peça jornalística, ou também a origem socioprofissional de cada fonte. Deste modo, será possível compreender mais sobre a imprensa portuguesa da primeira década do século XX, bem como sobre aquela que versa sobre economia.

Abstract

The goal of this article is to study the journalistic coverage of a bank's insolvency in 1910: the company Crédito Predial Português. We intend to evaluate how the press of the time – particularly, those positioned against the Government and/or the political regime: O Século, O Dia and O Mundo– covered this scandal. Using quantitative and the qualitative methods, we will assess the framing of the news stories, and the tone and language used. We also want to study the role that sources played in the news: how frequent their use, the prevailing categories of confidentiality (from the modern theories' perspective), the amount of information attributed to them, and their socio-professional origins. Through this method, we expect to contribute to a deeper knowledge of the Portuguese press of the first decade of the 20th century, as well as of the journalistic coverage of economic themes.

Palavras-chave: Jornalismo; Fontes de informação; **Keywords:** Journalism; Sources; Scandals; Politics. Escândalos; Política.

1. Introdução

Com Fontes Pereira de Melo iniciou-se, em Portugal, uma política de obras públicas “quase exclusivamente suportadas pelos cofres oficiais, em razão da inexistência de uma burguesia forte e empreendedora” (Homem, 2000: 269). Porém, o país viu-se obrigado a recorrer ao crédito externo, aumentado, desde logo, a dívida pública de modo “incontrolável” (*Ibidem*) e acentuando o “desequilíbrio crónico da balança de pagamentos” (*Ibidem*). A dívida crescente, conjugada com a “pressão dos credores externos” (*Ibidem*), ditou um agravamento da carga tributária. Os governos recorriam essencialmente a “impostos indiretos, incidentes sobre o consumo” (*Ibidem*), evitando “onerar os rendimentos gerados pelos capitais privados” (*Ibidem*).

Mas mantinha-se o “sentimento de inferioridade” (Ramos, 2009: 38), visto que Portugal não sofrera a mesma “mudança estrutural” (*Ibidem*) operada noutros países europeus. Os métodos agrícolas eram obsoletos e a produtividade muito pouco significativa, num “território assolado por invasões estrangeiras e guerras civis” (Costa, Lains, & Miranda, 2014: 300). Não havia também abundância de combustível, a população era pouco qualificada e a percentagem de população ativa empregada na indústria era ainda baixa (Ramos, 2009). Apesar de o crescimento industrial dar sinais positivos, a industrialização da economia “acabou por não ser suficiente para recuperar o atraso relativamente aos países mais industrializados da Europa” (Costa et al., 2014: 317). Em geral, a economia era pouco competitiva e o comércio externo era quase irrelevante. O país importava mais do que exportava, portanto, ao défice orçamental, somava-se o défice comercial (Ramos, 2009). Dois quintos das exportações portuguesas eram constituídos por “matérias-primas e (...) produtos alimentares não elaborados” (Costa et al., 2014: 326). A preponderância da atividade agrícola nas exportações explicava-se pelo facto de um país “geográfica e economicamente pequeno como Portugal dificilmente ter uma grande diversificação de recursos” (*Ibidem*).

Contudo, na década de 1860, um “boom económico” (Marques, 1989: 11) deflagra no país, “parte como resultado da conjuntura internacional, parte como resultado da política” (*Ibidem*) implementada por Fontes Pereira de Melo. Quem disso beneficiou foi o sector da Banca, que até então, por cá, apresentava um desenvolvimento modesto, comparativamente a outros países europeus. A partir desse momento, “multiplicaram-se as transações na Bolsa e a especulação no mercado atingiu um nível desproporcionado com as possibilidades do País” (*Ibidem*), para além de que “a banca portuguesa estava intimamente ligada às transações comerciais, negligenciando a indústria e a agricultura” (*Ibidem*). Para mais, esta repentina expansão do fenómeno bancário estava circunscrita a Lisboa e Porto.

Nessa década de 60 do século XIX, também uma série de mudanças à Lei permitiram, como nunca antes, a expansão das sociedades de crédito. A 1 de Julho desse mesmo ano, promulga-se a lei “criadora do registo hipotecário” (Marques, 1989: 15-16) e, a 13 de julho, é promulgada a lei que regulou “a criação e o funcionamento das sociedades anónimas de crédito predial e agrícola” (*Ibidem*),

dependentes sempre de “autorização e intervenção governamentais” (*Ibidem*). Esta última “carta de lei, que seguia de perto a legislação francesa de 1852” (*Ibid.*: 16), provinha de uma proposta de lei apresentada pelo duque de Loulé, ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria e fora “estudada, corrigida e alterada pelas intervenções de vários deputados e pares do Reino” (*Ibidem*), entre os quais José Luciano de Castro, “relator do parecer da Comissão de Legislação da Câmara dos Deputados” (*Ibidem*), que assumiria um papel de grande destaque na política nacional e nos destinos da companhia que haveria de nascer: a *Companhia Geral de Crédito Predial Português*.

Assente em partes iguais sobre capital português e sobre capital francês, a sociedade constituiu-se a 24 de outubro de 1864. O Crédito Predial propunha-se, a partir de então, a “emitir obrigações prediais ou letras hipotecárias”, sob a forma de “operações de empréstimos sobre hipoteca de bens imóveis” (cit. in *Ibid.*: 18). Neles se indicava que o objetivo da sociedade era “mutuar sobre hipoteca predial aos proprietários de bens imóveis capitais reembolsáveis a longo prazo por meio de anuidades” (cit. in *Ibid.*: 24). A companhia iniciava as suas funções gozando de isenção de impostos e, durante 25 anos, atuaria com o exclusivo da “emissão de obrigações prediais ou letras hipotecárias por operações de crédito predial no Continente e nas Ilhas Adjacentes” (*Ibid.*: 28).

Os primeiros corpos gerentes da Companhia evidenciavam a mesma mescla de franceses e portugueses que formaram o capital da sociedade. A Oliveira Marques (1989: 22) afigura-se como óbvia a intenção de incluir nesta organização figuras de “importância política” e de sensibilidades político-partidárias diversas, “ou porventura de não contar com elas, já que todos os partidos existentes estavam representados, incluindo o Legitimista”. Desde a sua génese, a Companhia do Crédito Predial contava já com pares do Reino, deputados ou ex-deputados, ministros ou ex-ministros, um juiz do Supremo Tribunal de Justiça ou um professor e membro do Conselho Geral da Instrução Pública. Entre estes, a média de idades rondava os 54 anos – eram “homens maduros e experimentados os fundadores e dirigentes da nova companhia” (*Ibid.*: 22).

2. O Banco dos políticos

Os primeiros anos de atividade da Companhia revelaram bons resultados e, a partir de certa fase, iniciou-se o que Marques (1989: 38) considera “uma muito interessante política de empréstimos regionais em larga escala”, que implicou o aumento do financiamento aos municípios e o início dos empréstimos às juntas gerais dos distritos, “depois de conseguidas as necessárias autorizações” (*Ibidem*), tanto da Assembleia Geral como do Governo. Desde 1876, o volume de empréstimos municipais e distritais aumentou constantemente, atingindo em 1881 a proporção de cerca de 70% da totalidade dos empréstimos do Crédito Predial. A Companhia apresentava-se agora como um “importante organismo de fomento autárquico” (*Ibid.*: 40), explica Marques, “preterindo a sua função original de crédito hipotecário individual e empresarial” (*Ibidem*). De facto, “todos os distritos e dezenas de concelhos” (*Ibidem*) acorreram a essa financiamento. O relatório da gerência de 1886 afirma que “o levantamento de capital tão avultado habilitou, por certo, grande parte dos distritos e melhoramentos de grande utilidade” (cit. in *Ibidem*). Todavia, Marques (1989: 40) refere também o problema que, desde logo, se colocava a esta inversão no âmbito da Companhia: os municípios “não cumpriam muitas vezes as condições do empréstimo, mostrando-se insolventes e criando (...) problemas de resolução muito mais difícil do que os causados pelas dívidas particulares”. O Crédito Predial expandiu-se mas, ainda assim, o relatório da gerência de 1881 revelava que o número de

empréstimos prestados a proprietários rurais era muito inferior ao previsto. Uma parte substancial do restante investimento da Companhia diria respeito a propriedade urbana, pelo que, segundo Carqueja (1908: 174), não poderia dizer-se que “tão importante capital” servisse “a fomentar o engrandecimento económico do país”. As constantes variações positivas e negativas mantiveram-se durante os seguintes 25 anos, “mas a tendência iniludível foi para descer” (*Ibid.*: 44).

O duque de Ávila, Governador desde a fundação, falece a 3 de maio de 1881 (*Ibidem*). Para o substituir, é eleito outro “político importante” (*Ibidem*): António Maria de Fontes Pereira de Melo, duas vezes Presidente do Conselho e ministro por variadas vezes. Fontes Pereira de Melo, chefe do Partido Regenerador, já pertencia ao Conselho de Administração desde 1869, “sendo, portanto, um bom conhecedor dos seus problemas” (*Ibidem*). Mas logo em novembro desse mesmo ano é obrigado a prescindir do Governo do Crédito Predial, a fim de assumir novo mandato como Presidente do Conselho, falecendo um ano apenas após terminar estas funções.

Ao nível da estrutura interna, perdera-se “o dinamismo dos primeiros anos” (*Ibidem*), bem como a “influência de homens como Fontes Pereira de Melo e a sua gente, apostados numa política de desenvolvimento global do País” (*Ibidem*). Pelo contrário, as duas figuras que maior domínio exerceram sobre o Crédito no período subsequente – José Luciano de Castro e Hintze Ribeiro –, apesar de também eles políticos, eram “mais timoratos e mais comprometidos” (*Ibidem*), isto é, eram “competentes e habilidosos, sabiam gerir e manter, mas tinham certa dificuldade em ousar” (*Ibidem*). As assembleias gerais eram já palco de alguma dissonância entre os governantes da Companhia e certos acionistas. Entre estes, João Albino de Sousa Rodrigues, que viria a ter um papel fundamental no futuro do Crédito Predial, alertava para este e outros problemas: se, por um lado, avisava para o perigo dos empréstimos a municípios, por outro, registava com preocupação que, mesmo que os lucros se avolumassem, de igual modo crescia a despesa da Companhia, a ponto de “os absorver” (*Ibid.*: 45).

Ao nível da organização e da distribuição de poder pelos seus corpos gerentes, Marques (1989) demonstra como o governo e outros altos cargos da Companhia se tornaram um exclusivo dos partidos Regenerador e Progressista. E, como mais nenhum outro, quem mais ordenava na Companhia era José Luciano de Castro, chefe do Partido Progressista – de tal modo assim sucedia que, mesmo quando assumiu cargos de ministro e de Presidente do Conselho, manteve a sua influência sobre a Companhia e legou responsabilidades ao líder do Partido Regenerador, Hintze Ribeiro. Enquanto os cargos mais relevantes do governo da Companhia eram irmãmente partilhados pelos fiéis dos dois partidos e dos dois líderes políticos, alguns acionistas inquietavam-se e acusavam o Governador José Luciano de Castro (bem como Hintze, seu interino) de “arrastar a Companhia para as manobras políticas da sua convivência” (*Ibidem*). Ainda assim, havia sempre o cuidado de trazer para o seio da Companhia pessoas com menor atividade política e maior “peso social e económico-financeiro” (*Ibid.*: 50). Mas o resto permanecia. E a elite partidária não queria abrir mão de “um dos mais apetecíveis e rendosos lugares exteriores à política” (Sardica, 2013: 12). Para Marques (1989), a correlação é flagrante: ora Progressistas, ora Regeneradores, o rotativismo na administração era não apenas um fiel retrato da política no país, mas também consequência direta da dança das cadeiras nos governos da nação.

3. “Falsificação, desfalque e suicídio” – a Grande Crise de 1910

Em março de 1910, em plena sessão da Câmara dos Deputados, o republicano Afonso Costa exige que o governo esclareça um pedido de indemnização formulado contra o Estado português por Harry Hinton, um inglês que, desde 1903, dominava um monopólio na indústria sacarina da Madeira (“Afonso Costa levanta no Parlamento a questão Hinton”, 2004). Alegando razões de diplomacia, o governo escusa-se a comentar o caso publicamente. Mas Costa volta ao ataque e apresenta provas que implicam diretamente a Corte na polémica, o que convence a Câmara de Deputados a instaurar um inquérito. Porém, a iniciativa parlamentar é desde logo adiada, por decreto do rei. Para Pabón (1961: 102), tornara-se evidente que a “lamentável fuga” do Governo dava “foros de verdade ao ataque” de Afonso Costa.

O caso – que ficaria conhecido como a Questão Hinton – acabaria por somar-se a outras polémicas que afetavam a Coroa e os seus sucessivos governos. Entre estas, destacou-se a Questão dos Adiantamentos, quando o Parlamento toma consciência dos avultados empréstimos que a Fazenda fazia à Coroa, dívida contraída por esta “para cobertura de gastos excepcionais” (Homem, 2000: 277). Nesta ocasião ficou famosa a ameaça de Afonso Costa em plena Câmara: “Por muitos menos crimes do que os cometidos por D. Carlos I, rolou no cadafalso, em França, a cabeça de Luís XVI!” (cit. in Público, 2010: 16). Já antes fizera grave mocha a também célebre Questão dos Tabacos, a controvérsia que ditou a queda de mais um governo, de Hintze Ribeiro, em 1904. Depois de este executivo ter aceitado conceder o exclusivo da exploração da cultura do Tabaco (com direito a renda fixa anual para as seis décadas subsequentes) a uma empresa que teria submetido a única proposta do concurso, veio a Companhia dos Fósforos revelar a existência de uma proposta mais vantajosa da parte de outro concorrente, contudo inexplicavelmente ignorada (“Cai o governo de Hintze Ribeiro”, 2004).

Jesus Pabón (1961: 102) recorda como “os tristes dias do governo Veiga Beirão” padeceram sob a “tormenta de dois *escândalos* que a oposição republicana e a debilidade ministerial encaminharam em prejuízo da Monarquia”. Um daqueles a que se refere é a supracitada Questão Hinton. O outro, que prostraria de facto o governo de Beirão, o penúltimo da monarquia, serviu de igual modo como um “aríete na demolição da Monarquia” (Marques, 1989: 57). Este caso era “um autêntico lodaçal, cuja lama salpicou toda a classe política, atingindo a própria família” (*Ibidem*) real.

O que sucedera? Descobre-se no mesmo ano de 1910 que o guarda-livros da Companhia do Crédito Predial Português teria cometido continuados desfalques desde, pelo menos, 1902, que ascenderiam à centena de contos. Bruno de Miranda, o chefe da Repartição de Registo e Pagamento de Juros, teria sido “conivente ou, pelo menos, conhecedor do que se passava” (*Ibidem*). Também o chefe da “administração das propriedades” (*Ibidem*), o ex-deputado regenerador José Belo teria desviado verbas até 500 contos, para além de outras pessoas que igualmente foram implicadas e finalmente ilibadas, à falta de provas condenatórias. Estas descobertas juntavam-se a “um conjunto de atos de mau governo e péssima administração, conhecidos desde havia muito e que arrastaram a Companhia para o abismo” (*Ibidem*). A situação do Crédito Predial ter-se-ia agravado desde a década de noventa do século anterior.

Ainda que poucos – para além da cúpula da Companhia – o soubessem por completo, o acúmulo destes erros redundou numa baixa de lucros (*Ibidem*). Teria sido com o intuito de pôr cobro a essa situação alarmante que o guarda-livros Augusto Pedro Quintela efetuara as primeiras falsificações – e

mesmo que à justificação do guarda-livros tenha sido dado pouco ou nenhum crédito, de acordo com Marques (1989), esta poderia ter fundo de verdade. De igual modo, o autor parece duvidar que José Luciano de Castro, Governador do Crédito Predial, famoso pela sua “inteligência, perspicácia e prática centralizadora” (*Ibidem*), desconhecesse a dimensão real dos problemas e não “fechasse os olhos perante certas irregularidades da escrita” (*Ibidem*), enquanto isso evitasse “a eclosão de uma crise só desprestigiante para a sua pessoa” (*Ibidem*). Admitir as debilidades da Companhia significaria colocar em causa “a competência administrativa do *leader* político mais conceituado do país” (*Ibidem*) e os problemas foram sendo encobertos com sucessivas operações de Tesouraria, bem como através de “empréstimos em bancos que se procuravam justificar como meios normais e corriqueiros de gerência bancária” (*Ibidem*). Estaria inclusive nos planos do Governador e do guarda-livros uma operação de crédito a realizar junto do Banco de Portugal, ainda antes da crise.

Na verdade, a viciação das contas remontaria já ao ano de 1894. Antes, em 1888, havia a suspeita de instabilidade, registada por Oliveira Martins (1957: 263): “os números aduzidos pelo relatório não nos parece que possam dar lugar a conclusões muito radiantes”. “Este progresso” (*Ibidem*), prossegue, “manifesta seguramente um mal estar da propriedade e vem confirmar o que é sabido por tantas outras vias” (*Ibidem*). Sobre “os empréstimos prediais da Companhia”, dizia que “representarão talvez a quarta parte, proximamente dos empréstimos hipotecários em todo o país” (*Ibid.*: 263-264). Dado que, aos olhos do autor, se afigurava inusitado: “Esta soma em si, e sobre tudo os juros que demanda, estão em disparidade completa com o valor da riqueza predial portuguesa e com o rendimento da propriedade” (*Ibid.*: 264).

Tanto o Conselho de Administração como o Conselho Fiscal do Crédito Predial desvalorizavam as suspeitas ao longo do tempo levantadas em torno da estabilidade da Companhia e desqualificavam-nas como ataques à instituição ou à pessoa do governador (Marques, 1989). O Conselho de Administração era na verdade constituído por “fiéis vassallos políticos do Governador” (Marques, 1989: 60) pouco predispostos a contestá-lo, reduzindo ao mínimo a sua interferência na gestão do Crédito Predial. Quanto ao Conselho Fiscal, este ia justificando a sua inépcia para confirmar a validade das contas da instituição, ao apresentar como “fundamento do seu parecer” (*Ibidem*) a “confiança que lhe devia merecer o relatório e o balanço referido ao último dia do ano, assinados pelo Governo e Guarda-Livros da Companhia” (*Ibidem*). Ou seja, demitindo-se da sua função e confiando inteiramente na palavra destes.

No Governo do Crédito Predial, José Luciano de Castro fizera rodear-se de duas figuras de perfil distinto. Um deles era António Cândido, “figura saliente da *intelligentzia* e da vida política portuguesas” (*Ibidem*), correligionário de Castro no Partido Progressista, ministro em vários governos do líder e seu amigo pessoal. Este *compagnon de route* mostrava-se, todavia, “falho nas questões económicas e financeiras” (*Ibidem*) e, se “enfrentava números, o olhar apagava-se-lhe no vago da incompreensão” (*Ibidem*). O outro vice-governador era Eduardo Burnay. “Menos político e mais apto para compreender os problemas da Casa” (*Ibidem*), chegara quando os problemas eram evidentes e estavam demasiado enraizados, preferindo não interferir e “refugiando-se no voto de confiança ao Governador e ao Guarda-Livros” (*Ibid.*: 61). José Albino de Sousa Rodrigues, que era então acionista do Crédito Predial e administrador do Banco Nacional Ultramarino, resume o carácter de ambos os vice-governadores: “eram (...) homens de provada honestidade e de grande e incontestável valor intelectual, ignorantes porém em muitos dos assuntos do Crédito Predial, pela deficiência de uma

administração concentrada em uma só mão absorvente” (cit. in *Ibidem*). Luciano de Castro governava a Companhia desde 1887 e com pouca contestação visível. Também o Partido Progressista, e “ao contrário dos demais partidos da época” (*Ibidem*), gravitava em torno de José Luciano de Castro, como uma “ditadura centralizada” (*Ibidem*).

A crise apenas eclodiu em 1910, mas Marques (1989) dá conta de Assembleias Gerais que em 1905 começaram a provocar alguma agitação e o interesse da imprensa. Ainda que “pouco consistentes” (*Ibidem*), já se enunciavam ataques ao “desleixo” (*Ibidem*) do Governo e à ação de um Conselho Fiscal “frouxo” (*Ibidem*). Destacava-se entre os críticos o já mencionado Sousa Rodrigues, que era, como referimos, acionista do Crédito e administrador do Banco Nacional Ultramarino. Mas é já em 1910 que soa uma crítica à mútua ingerência de Política e Finança, pela voz de António Sanches de Chatillon, quando, mesmo não invocando os acionistas a desinvestir, apela à administração que “não seja apenas um baluarte dos políticos” (cit. in *Ibid.*: 61-62). Outro acionista, Pimenta de Castro, sugere a nomeação de uma comissão que examine a gerência dos negócios da Companhia. Por esta altura, José Luciano de Castro já não era o principal alvo das críticas, uma vez que, já com 75 anos, encontrava-se “semi-invalído” – “havia muito que não saía de casa”, escreve Marques (1989: 62).

Amparavam as críticas de Sousa Rodrigues os vice-governadores – e António Cândido, o *político*, em particular. Os ataques, rememorados por Marques (1989: 62) visavam a exigência de pagamentos de prestações de empréstimos (entregues a uma “pecaminosa complacência, ou incúria”), as avaliações (que “corriam à matroca, ora descuradas, quase sempre dolosamente exageradas”), o inexplicável aumento das propriedades da Companhia e da sua administração (“pouco clara e talvez pouco lisa”) e a “escrita da Companhia” (“confusa, omissa e que não merecia crédito”). O relatório e as contas foram, como era hábito, aprovados por larga maioria.

As questões internas de um banco tornavam-se tema de discussão pública – em concreto, na imprensa. “A campanha contra o Crédito Predial Português (...) era, no fundo, uma campanha contra José Luciano de Castro e o Partido Progressista, então no poder (ministério Veiga Beirão)” (Marques, 1989: 62), alimentada pelo “ódio e toda a animadversão de Regeneradores, Dissidentes Progressistas, Republicanos e Nacionalistas, em suma, da maioria da opinião pública e da maioria da imprensa” (*Ibidem*). Foi precisamente uma acusação firmada pelo jornal *O Dia* (dos Dissidentes Progressistas) de que seria “falso o balanço aprovado” (Marques, 1989: 62) que levou o vice-governador António Cândido a demitir-se a 8 de abril, sentindo a honra pessoal aviltada.

A 5 de Maio, uma “das mais elevadas personalidades” (“Crédito Predial”, 1910: 1) do Crédito Predial dá uma entrevista sob anonimato ao *Diário de Notícias*, para fazer valer a sua visão dos eventos recentes na Companhia. Alguma imprensa, contrária a Luciano, dirá que é a voz do próprio progressista a que ecoa nas páginas do *Diário de Notícias* daquele dia. Contrariando o que era já consensual não só nas folhas panfletárias, como também nos jornais noticiosos, argumenta esta fonte que, “deixando, por agora, em segundo a questão do desfalque, ou desvio” (*Ibidem*) – se nem de desfalque se tratasse –, praticado “em proveito próprio pelo guarda livros, (...) a situação da companhia está muito longe de ser tão má como se diz” (*Ibidem*). Não estariam a negligência, a incompetência e a fraude a estrangular o Crédito Predial? “Eu lhe digo: as dificuldades provêm, principalmente, da falta de dinheiro em cofre e da crise económica, mais ainda, da crise vinícola que o país atravessa” (*Ibidem*).

Mediante a imposição de “liberdade absoluta de movimentos e um exame integral a toda a escrita” (Marques, 1989: 62), ascendeu ao cargo de vice-governador o acionista Sousa Rodrigues, a 22 de abril, depois de esta condição ter sido aceite por Luciano de Castro. De imediato, Sousa Rodrigues exige ao Guarda-Livros que lhe apresente “as contas presentes e passadas” (Marques, 1989: 64). Ainda que este resista à ordem, Sousa Rodrigues insiste. A 2 de Maio, o *Diário de Notícias* sustenta que Sousa Rodrigues já à partida desconfiava do guarda-livros. Mesmo assim, “foi-lhe dito que era um funcionário exemplar, muito rigoroso no cumprimento dos seus deveres, e de toda a confiança” (“Credito Predial – um desfalque importante – prisão do guarda-livros da companhia”, 1910: 1). Fama essa que pouco perdura: o novo vice-governador procede à análise das contas, encontra os primeiros erros e transmite-os ao ainda governador José Luciano de Castro.

O Guarda-Livros é chamado a casa de José Luciano, onde o esperam também os vice-governadores então em exercício, bem como o recém-vindo Sousa Rodrigues, agora também ele com igual função. Segundo Sousa Rodrigues, Quintela, desesperado, admite o roubo e alega que as primeiras falsificações teriam sido feitas para maquilhar o mau estado das contas do banco (Marques, 1989).

Sousa Rodrigues solicita uma auditoria externa às contas, a qual descobre, entre outras irregularidades flagrantes, que “há contas de que não tomamos os saldos por estarem completamente viciadas e não haver elementos seguros para as conferir” (*Ibidem*).

Entre a detenção de Quintela e o mês de agosto, o tema cobre as capas dos jornais, e na opinião pública faz-se a discussão, acompanhando o “pânico (...) de todos os que, direta ou indiretamente, tinha ligações” (*Ibid.*: 67) com o Crédito Predial. À medida que, para além dos desfalques, se vai conhecendo o estado geral das contas do Crédito, os depositantes de créditos à ordem acorrem a levantá-los, e quem tivesse dinheiro a prazo exigia a liquidação dos seus créditos (Marques, 1989). A cotação das ações precipita-se em queda-livre. A 21 de Maio, “dado o clamor geral, o Governo viu-se forçado a anular todos os títulos de obrigações a emitir, retirando provisoriamente ao Crédito Predial a autorização para o fazer” (Marques, 1989: 67). Alegadamente devido à ruína pessoal causada pela do banco, suicida-se um obrigacionista (“O trágico fim de um obrigacionista do Crédito Predial”, 1910: 1). Uma das figuras do Governo vê-se diretamente implicada: Artur Montenegro, ex-vogal da administração, demite-se de ministro da Justiça (Leal, 2013). Descobrem-se “mais desfalques na administração das propriedades” (Marques, 1989: 67), o que motiva a prisão do seu chefe. Depois, é a vez de o Tesoureiro Talone ser preso (*Ibidem*), e Bruno de Miranda, Chefe de Repartição de Registo e Pagamento de juros, põe termo à sua vida (“É repugnante!... Suicídio - José Luciano - José Bello - Coroa”, 1910: 1).

A oposição ao Governo alimentava a polémica e arremetia também contra o Rei. Nas *Cartas Políticas*, “um dos folhetos mais lidos da época, João Chagas não poupava José Luciano nem os Progressistas por legarem as suas supostas culpas ao guarda-livros, e atacando a Monarquia por servir de capa ao escândalo” (Marques, 1989: 67), assim como *O Século* chamava a atenção para o aparente vexame da detenção do guarda-livros caído em desgraça: haviam até apreendido até “as caixas de rapé e as lunetas de ouro do sogro” (“A Lauta Boda do Crédito Predial”, 1910: 1).

Tal como João Chagas, também *O Dia* desconsiderava a narrativa do *desfalque* e punha o foco na *escrita*: “a tática que se está seguindo” (“A crise do Crédito Predial”, 1910: 1), ou seja, na sua ótica, a de condenar o roubo do guarda-livros e de ignorar os males sistémicos seria “arranjar uma cabeça de

turco” (*Ibidem*), um bode expiatório. E não perdoa as altas figuras políticas: “Ou toda esta gente está cega e inconsciente, ou decidiram dar a monarquia de presente aos republicanos” (“Realeza Morta!”, 1910: 1). Marques (1989: 80) concorda: “foi sobretudo pela multiplicação de questões deste género que o ideal republicano passou a ser olhado como um ideal moralizador que todo o homem de bem era forçado a aceitar”.

4 de junho é dia de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. José Luciano, que continuava a não poder comparecer, enviou um relatório. Nele, admite pela primeira vez as dificuldades com que se debatia o Crédito Predial e defende-se das acusações, distribuindo culpas pela crise económica do vinho (Marques, 1989). O argumento não é inédito, de resto, uma vez que vem já enunciado na supramencionada entrevista de um membro do Crédito Predial ao *Diário de Notícias*. Prossegue José Luciano a sua defesa, rejeitando que a administração se deixasse influenciar pela política, mas condena práticas herdadas do passado, a que se diz alheio, pese embora ser ele mesmo governador há mais de duas décadas. Luciano queixa-se de ataques pessoais e queixa-se de os bancos credores o deixarem desamparado. Justifica a sua confiança no guarda-livros e, por fim, apresenta a demissão.

A 7 de Junho, *O Século* dá conta da resistência do governo e do seu líder às críticas em plena sessão parlamentar: “Saia! - bradam as oposições. Fico! - replica o sr. Beirão!” (“Saia! - bradam as oposições. Fico! - replica o sr. Beirão!”, 1910: 1). De resto, o jornalista iliba o governo de culpas diretas no desgoverno do Crédito Predial, mas argumenta que o alegado ascendente de influência de José Luciano sobre o Executivo acaba por deslegitimá-lo por inteiro. Nada mais há a fazer. “O dever é – Sair!” (“O dever é - Sair!”, 1910: 1).

Enquanto isso, a elite política denunciava dificuldade em lidar com este assunto delicado. Ainda na sessão do dia 7 de junho na Câmara, curiosa é a argumentação de Manuel Moreira Júnior, Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que não refuta culpas de correligionários seus no caso em questão – antes as distribui por todos, refletindo assim: “Não é só este ou aquele partido que está comprometido. São todos, porque todos estão representados nos corpos gerentes [do Crédito Predial]” (“Saia! - bradam as oposições. Fico! - replica o sr. Beirão!”, 1910: 1).

A 25 de Junho, na Câmara dos Deputados, deveriam prosseguir os debates sobre o Crédito Predial, mas apenas comparecem dois pares do reino, para além do Presidente. E no dia seguinte, o grande escândalo do Crédito Predial causa o maior dano político até então: cai o 60º governo da Monarquia Constitucional, presidido por Francisco da Veiga Beirão, incapaz de fazer frente à instabilidade política e às críticas da imprensa. De acordo com Rui Ramos (2009), a instabilidade política não era um problema do último mês: após sucessivas fragmentações no seio dos partidos, se em 1900 havia dois grandes líderes políticos reconhecidos, em 1905 havia quatro e em 1910 eram sete, sem contabilizar ainda o grupo dos nacionalistas e o dos republicanos. Tornara-se completamente “impossível governar um parlamento atomizado, com nove grupos políticos, nenhum com maioria e, sobretudo, nenhum com a proteção do rei. Houve seis governos em dois anos” (Ramos, 2009: 84).

O Crédito Predial encontrará, nos anos seguintes, os mecanismos que o levarão a salvar-se, por “obra [de] (...) Sousa Rodrigues, (...) em que brilhantemente se afirmou a sua inteligência culta e a sua vontade enérgica” (Camacho, 1937: 83-84), mesmo que este problema pudesse tornar-se “uma pedra em falso nos alicerces” (*Ibidem*) do regime vindouro: a República. Escreve Raul Brandão (1919: 261): “a dissidência, o assassinato do rei, o Crédito Predial, foram golpes profundos e certos vibrados na

monarquia. Está efetivamente tudo minado”. Também no volume inaugural da sua obra de memórias, relembra Brandão uma frase que atribui ao próprio poeta e republicano engajado Guerra Junqueiro, quando este ponderava sobre o Crédito Predial: “Foi então que os burgueses, vendo-se roubados, nos deixaram fazer a república...” (cit. in *Ibid.*: 317).

E na madrugada de 4 para 5 de outubro, Lisboa “dormiu mal” (Homem, 2010) e o regime monárquico preparou-se para o golpe final. Para Sardica (2010), a revolução de 1910 é mais um exemplo de como “os regimes políticos contemporâneos em Portugal não caem perante a oposição”, antes “desfazem-se, por pura incapacidade de autorregeneração, abrindo um vazio que os seus adversários depois preenchem.” Em 1910, não terá sido pelos problemas financeiros, que “nem eram demasiado graves” (Costa et al., 2014: 363), nem pelos problemas económicos que a monarquia caiu - “caiu porque ao paulatino aumento do nível de vida a população, registado ao longo do século XIX, não corresponderam melhorias do grau de representatividade política” (*Ibidem*). Seria assim a monarquia nos seus anos derradeiros, “um trono roído de caruncho” (“Impotência”, 1910: 1).

Quando veio revolução, duas mil pessoas armadas assaltam-lhe a casa e clamam pela morte do “ladrão do Crédito Predial”. Luciano sai ileso, mas levam até aquilo que tantas vezes o jornal *O Mundo* exigira – a sua cabeça:

Queriam os papéis do Crédito Predial e «papéis políticos» (...). Também levaram um busto em gesso do velho estadista, que apareceu exposto na redação d'O Mundo e dali passou para o museu da revolução. (Ibidem).

E depois da sentença popular, a justiça dos tribunais. Luciano aguardou em Lisboa pelo final do processo relativo ao caso do Crédito Predial até maio de 1911, quando foi definitivamente “ilibado por acórdãos do Tribunal da Relação de Lisboa e do Supremo Tribunal” (*Ibid.*: 113). Sobre o desfecho, Jesus Pabón (1961: 102) assegura que, de facto, “as irregularidades descobertas eram obra exclusiva de alguns empregados”, enquanto Carlos Malheiro Dias (1912b) subscreve também a tese da inocência de Luciano de Castro. Simplesmente não o absolve de negligência e incompetência, nessa “história suculenta de falsificação, desfalque e suicídio” (Valente cit. in Belo, 2012: 1). Afastado da política, como algum amigo ou companheiro de velhas lutas lhe perguntasse sobre como atuar perante o alvoroço dos começos da República, respondia-lhes: “Não se mexam, nem lhe mexam” (*Ibid.*: 13). Faleceria a 9 de março de 1914.

4. Análise do produto jornalístico sobre o Escândalo da Falência do Crédito Predial de três jornais: *O Século*, *O Dia* e *O Mundo*

Propomo-nos a estudar o conteúdo jornalístico produzido por três jornais da primeira década do século XX, relativo à crise por que a instituição do Crédito Predial Português passou, em 1910. Assim,

considerámos como *corpus* de análise o produto jornalístico produzido pelos jornais *O Século*¹, *O Dia*² e *O Mundo*³ sobre o tema que aqui abordamos (a polémica do Crédito Predial), nos meses de Maio e Junho de 1910. E elegemos estes três jornais porque se por um lado coincidem na influência que tinham sobre a Opinião Pública (urbana, de Lisboa e Porto, em particular) e na considerável tiragem que chegaram a alcançar, por outro, diferem na abordagem jornalística (desde o periódico que se torna um *colosso* noticioso e apartidário ao jornal assumidamente parcial e propagandístico) e na inclinações ideológicas (entre os mencionados, republicanos ou monárquicos da facção progressista dissidente), com os condicionalismos que tais nuances impõem à representação da realidade. Estes três jornais são uma amostra daquilo que podemos considerar como imprensa da oposição – seja ao Governo então no poder, seja ao próprio regime político vigente, num sentido mais lato. Com temas de fundo que vão desde a trivial intriga parlamentar e interpartidária, até à contestação aos pilares fundacionais da monarquia em Portugal.

Através de uma *análise qualitativa* e também *quantitativa* do conteúdo jornalístico, pretendemos perceber que cobertura fez esta imprensa (mais próxima da oposição ao governo e ao regime) do escândalo: quantas peças dedicou ao tema, que destaque mereceram estas nas suas folhas, que tipo de tom dominava a linguagem e as narrativas propostas.

É também nossa intenção examinar o papel das fontes na produção do conteúdo jornalístico. Pretendemos mostrar que jornais recorriam com mais frequência a fontes de informação – tipificando cada uma delas quanto ao respetivo grau de confidencialidade, atendendo à terminologia proposta por Mencher (1991), a fim de compreender a que tipo de fontes os jornalistas recorriam mais frequentemente. Uma vez caracterizadas deste modo, pretendemos também avaliar a prevalência dos vários tipos de fontes de informação na folha de papel: quais são os tipos de fontes que ocupam um maior espaço físico, por peça.

Por fim, e entre os tipos de fontes que nos dão indicações suficientes sobre a sua origem ou o seu contexto, pretendemos localizar cada fonte de informação quanto ao grupo social/profissional em que teve a sua origem.

1 Em 1880, nasce *O Século*, para ser, desde o primeiro número, um “jornal político” (d’Oliveira, 1947: 39). O posicionamento político deste jornal em favor do ideal republicano era evidente. Aliás, Jacinto Baptista (1966: 18-19) apelida-o mesmo de “órgão oficioso do partido republicano”. Porém, em meados da última década do século XIX, opera-se uma mudança drástica na linha editorial d’*O Século*. Não obstante a relevância que o jornalismo político e/ou partidário mantinha, alguns empresários começaram a ser persuadidos pela rentabilidade da “imprensa popular noticiosa, politicamente independente, de baixo preço e difusão massiva já existente noutros países” (Sousa, 2011: 59-60). No início do século XX, torna-se o jornal mais lido do país, com uma tiragem diária de 80 mil exemplares, o que constitui um marco histórico, visto que ultrapassa a barreira dos 70 mil exemplares, a tiragem do veterano *Diário de Notícias* (Sousa, 2011).

2 Fundado por António Ennes em 1887, *O Dia* era o “órgão da dissidência progressista e do seu chefe, o conselheiro [José de] Alpoim” (Baptista, 1966: 57-58). Santos (2009: 21) coloca *O Dia* na linha da “esquerda monárquica, que partilhava o ódio clerical com os republicanos”, uma vez que, *O Dia*, desde “a primeira hora, explanará o sentimento dos sectores monárquicos liberais que comungavam (...) [desse] espírito secularizador e anticlerical”. As afinidades d’*O Dia* com alguns jornais republicanos não impediram, contudo, que, no dia 4 de Outubro, em vésperas da revolução republicana, o periódico alpoimista, tal como, de resto, já sucedera sob a Monarquia, fosse censurado juntamente com outros jornais monárquicos (Baptista, 1966). *O Dia* chegou a ter uma tiragem de 25 mil exemplares. Nos primeiros anos da República, a sua influência dentro do movimento monárquico é evidente: por alturas da incursão monárquica de 1912, quando “a causa monárquica achava-se reduzida a lutar com dois únicos jornais” (*Ibidem*) – e mesmo entre esses era o mais relevante, segundo Malheiro Dias (1912a).

3 O jornal *O Mundo* nasce em 1900 e o seu fundador é França Borges, que fora já o mentor de outras folhas que baqueavam sempre perante a censura do Poder. E, de resto, era já conhecedor das advertências da Justiça, como naquela ocasião em que o juiz Veiga lhe deixou uma ameaça nos jornais: “à mais leve falta de respeito a Sua Santidade, bem como à religião do Estado...” (cit. in d’Oliveira, 1947: 193). E os primórdios do jornal também não são auspiciosos. Para Lopes d’Oliveira (1947: 186-187), França Borges e o republicano radical Afonso Costa eram uma e a outra face da mesma moeda, um “bloco de ação.” Nos anos derradeiros da Monarquia, França Borges acabaria mesmo por ser expatriado (Sousa, 1912).

Em última análise, pretendemos que esta investigação contribua para estudos mais aprofundados sobre cobertura mediática de crises económicas e financeiras. Em particular, poderá servir investigações futuras sobre escândalos mediáticos envolvendo a Alta Finança e a Política, bem como para uma melhor compreensão das tensões entre ambas e dos efeitos que esse conflito origina na sociedade moderna.

Definidos os objetivos, cabe-nos estabelecer as perguntas que nos guiarão ao longo do caminho de investigação: 1) Como é que a imprensa da oposição fez a cobertura do escândalo do Crédito Predial?; 2) Que enquadramento e que destaque deu a imprensa ao caso do Crédito Predial?; 3) O quão recorrente era o recurso a fontes de informação?; 4) À luz das noções atuais de graus de confidencialidade, que tipos de fontes prevalecem no produto noticioso?; 5) Que graus de confidencialidade assumem maior preponderância no corpo do texto de cada peça jornalística?; 6) De que sectores da sociedade provêm o maior número de fontes *on the record* e *on background*?

A realização desta investigação deparou-se, na fase de análise do conteúdo jornalístico, com algumas idiosincrasias do tempo a que diz respeito. Entre estas, é necessário destacar uma em particular: como refere Fernandes (2010), o jornalismo do início do século passado assumia um pendor muito participativo. Esse aspeto tornou-se particularmente evidente aquando da seleção das peças jornalísticas de acordo com o seu respetivo género, se as peças deambulavam entre o tom noticioso e o opinativo.

5. Resultados

Na amplitude temporal de 57 dias que elegemos, analisámos 530 peças jornalísticas e nelas identificámos 445 fontes de informação. De seguida, passaremos a expor os resultados obtidos na análise do acervo de jornais.

5.1. Resultados da análise de *O Mundo*

Na análise ao jornal *O Mundo*, recolhemos um total de 243 peças jornalísticas, das quais 226 dizem respeito a artigos, 16 são editoriais e surge também uma entrevista. O tema estudado mereceu destaque em todas as edições do *corpus* analisado, sendo que ocupou o lugar de **manchete** em 25 dias e se manteve na **primeira página** do periódico nas outras 29 edições. “**Interior do jornal**” não registou ocorrências, uma vez que, quando o caso foi abordado pelo diário, teve sempre espaço na folha de rosto do jornal. Uma análise de conteúdo ao produto jornalístico permitiu aferir que a perspetiva da redação deste jornal relativamente ao escândalo variou quase exclusivamente entre o “**negativo**” (65.84%) e o “**muito negativo**” (20.16%). Ao nível das fontes de informação a que o jornal recorre, assinalamos um total de 164 fontes – o que revela que o número de fontes usadas por artigo não atinge sequer a unidade (0.67 fontes por artigo). Verificamos também que mais de 96% das informações por ele veiculadas têm origem, em partes quase iguais, em **fontes on the record** (50%) e **fontes on deep background** (46.34%). Se introduzirmos o parâmetro que nos permite ter uma noção do tamanho real da informação de cada fonte no contexto do artigo, a influência das **fontes on the record** revela-se maior (57.16%), comparativamente às **fontes on deep background** (37.24%), enquanto a proporção de **fontes on background** se mantém estável, mas reduzida (5.6%). No grupo das **fontes on the record** e **on background**, ou seja, as fontes de que temos dados exatos ou suficientes

sobre a sua identificação (ou sobre o contexto em que se movimentam) para poder enquadrá-las nos grupos que predefinimos, concluímos que cerca de 30,68% da informação que *O Mundo* atribui a estas duas categorias provém de declarações dos membros da Administração do Crédito Predial, bem como de documentos e comunicados por esta emitidos (em suma, a variável “**Administração**”) e outros 27.27% advêm de informação veiculada por outros jornais (a variável “**Imprensa**”). Com inferior, mas ainda assinalável presença, as variáveis “**Acionistas**” e “**Justiça**” registaram valores de 14.77% e de 12.5%, respetivamente. As variáveis “**Políticos**” e “**José Luciano de Castro**” registaram ambas valores de 5.68% e a variável “**Funcionários**” registou duas ocorrências (2.27%). Para a variável “**Outros**” sobrou uma ocorrência que não encontrou lugar lógico nas categorias predefinidas.

5.2. Resultados da análise de *O Dia*

A amostra recolhida de edições d’*O Dia* corresponde a um total de 159 peças jornalísticas, que contêm 136 artigos e 23 editoriais. No intervalo de tempo estudado, *O Dia* deu à estampa **manchetes** sobre o Crédito Predial por 13 vezes, e por outras 29 vezes esteve o tema presente na **primeira página**. Tal como sucedeu com o jornal *O Mundo*, sempre que o Crédito Predial foi tema, mereceu honras de folha de rosto, pelo que também n’*O Dia* não registamos ocorrências em “**interior do jornal**”. Na fase de análise do conteúdo jornalístico desta amostra, apurámos que a perspetiva e o tom da redação das peças alternou essencialmente entre o “**neutral**” e o “**negativo**”, mas com muita mais preponderância para o tom negativo (23.9% e 66.67%, respetivamente). Quanto ao estudo das fontes de informação, tomámos nota de 128 fontes, pelo que, tal como ocorreu com o primeiro caso comentado, também com *O Dia* o valor de fontes por peça não alcança a unidade (0.8 fontes por peça). A categoria de fontes a que este periódico recorreu mais frequentemente foi à das **fontes on the record**, que representam quase dois terços das informações veiculadas com fonte (60.16%). O restante das fontes d’*O Dia* divide-se em 20.31% de fontes **on deep background** e 19.53% de fontes **on background**. Uma aturada análise do *corpus* à nossa disposição permite-nos afirmar que a redação atribui uma esmagadora maioria da informação **on the record** ou **on background** à imprensa do seu tempo (uma proporção de 47.06% em “**Imprensa**”). A grande distância, as variáveis “**Administração**”, “**Acionistas**” e “**Políticos**” assinalaram ocorrências com os valores percentuais de 17.65%, de 11.76% e de 8.82%. A variável “**José Luciano de Castro**” registou o valor percentual de 6.86%. “**Justiça**” averbou duas ocorrências, o que equivale a 1.96%. Sem casos ficou a variável “**Funcionários**”, do mesmo modo que sem categoria ficaram 4.9% das fontes, sob a variável “**Outros**”.

5.3. Resultados da análise de *O Século*

Os resultados obtidos demonstram que *O Século* registou a menor variedade de peças que abordam a crise do Crédito Predial: contabilizámos para análise 80 peças jornalísticas, divididas entre 57 artigos e 23 editoriais. O destaque concedido ao tema abordado dispôs-se deste modo: em 13 vezes foi tema de **manchete**, em outros 26 dias registou presenças em peças de **primeira página**, e 5 dias houve em que a questão do Crédito Predial mereceu apenas destaque no interior do jornal. Estas peças revelaram, após análise do seu conteúdo, uma descrição geral dos eventos e dos atores que os povoaram de tom predominantemente “**negativo**” e, em menor escala, “**neutral**” (48.75% e 33.75%, valores respetivos). Tendência semelhante havíamos apreciado na análise a’*O Dia*, porém, no caso d’*O Século*, a prevalência do tom de valor intermédio na escala que empregamos é mais acentuada (uma

diferença de cerca de 10 pontos percentuais). De resto, o tom considerado **“muito negativo”** é usado em 16.25% das peças jornalísticas. Digno de nota é também o facto de não ter este jornal escrito uma única peça jornalística com descrição **“muito positiva”** de quaisquer eventos e/ou atores. Naquilo que às fontes de informação concerne, *O Século* usou, no decurso de quase dois meses completos, de uma soma de 153 fontes. Retomando o valor supramencionado de peças presentes na amostra deste jornal, podemos assegurar que *O Século* não só é o único que ultrapassa o valor unitário de fonte por peça jornalística, como praticamente atinge a segunda unidade (1.9 fontes por peça). A observação do grau de confidencialidade de cada uma das fontes revela que as **fontes on the record e on deep background** correspondem a 39.86% e a 45.75% do total de fontes arroladas pelo jornal, quedando-se as **fontes on background** abaixo dos 15 pontos percentuais. Sobre a origem das fontes *on the record* e *on background* usadas pelo jornal, o que vemos nesta análise difere dos resultados das duas análises precedentes. Conforme os resultados que obtivemos, podemos afirmar que *O Século* recorreu de forma quase equitativamente repartida a quatro grupos em particular para recolher fontes: temos **“Administração”** com 24.1%, **“Imprensa”** com 19.28%, **“Acionistas”** com 18.07% e **“Políticos”** com 16.87%, do total de fontes *on the record* e *on background*. A restante fração dividem-na as variáveis **“José Luciano de Castro”** (8.43%), **“Funcionários”** (4.82%) e **“Justiça”** (1.2%), bem como todas as ocorrências admitidas em **“Outros”** (7.23%), cuja percentagem demonstra também uma certa diversidade no tipo de fontes.

6. Considerações Finais

Um olhar transversal à investigação feita aos três jornais confere-nos uma perspetiva genérica de alguns métodos de um certo jornalismo do início do século transato – em particular, no que se refere ao modo de atribuir às fontes a informação difundida. Mas não só. À luz daquilo que recolhemos, torna-se evidente que, por exemplo, as representações e o tom das peças jornalísticas que de cada diário usou diferem muito.

A nossa pesquisa permite-nos concluir que, mais do que qualquer outro jornal, o jornal *O Mundo* faz uso massivo de um tom que varia genericamente entre o “negativo” e o “muito negativo”. De facto, cerca de um quinto do seu produto jornalístico abordando o escândalo do Crédito Predial encerra-se nessa categoria de discurso que, recorde-se, descrevemos uma avaliação extremamente depreciativa e crítica dos eventos. Nesse aspeto, aproxima-se o jornal *O Século*, que também com frequência assinalável (em 16.25% das suas peças) usa de linguagem com semelhante tom. No entanto, é também este o jornal que por mais vezes se aproxima do tom “neutral” e é também o único dos três que em nenhum momento faz representações por demais elogiosas e benignas de qualquer ator e/ou personagem. As narrativas do jornal *O Dia* são aquelas que mais se fidelizam a um tom – o “negativo” –, e daí não se lhes conhece muitas variações. Ocupa esse ponto intermédio em que não é tão frequentemente cáustico como *O Mundo*, nem tão-pouco se aproxima tanto do ponto de vista “neutral”, como o faz *O Século*.

O modo como estes jornais aplicam o critério do destaque oferecido ao tema desvia *O Século* dos outros meios avaliados. Se n’*O Dia* e n’*O Mundo* toda e qualquer informação relativa ao Crédito Predial é prontamente chamada à folha de rosto do periódico (podendo, depois, alongar-se pelo interior adentro), o que se verifica n’*O Século* é que há um uso muito mais parcimonioso do espaço da primeira página, bem como do espaço de ainda maior impacto visual reservado à manchete e, também neste

particular, é o único órgão que regista ocorrências em “interior do jornal” – ou seja, aqueles dias em que o tema foi tratado, mas sem chegar ao destaque de primeira página.

Também a forma como usa de fontes para atribuir informações presentes nas suas peças é algo que afasta completamente o jornal *O Século* dos outros dois jornais. Os dados absolutos que recolhemos sobre o número de fontes usadas, cruzados com aqueles que temos sobre o total de peças que cada meio de comunicação produziu naquele período abordando o tema em estudo, demonstram-no de forma incontestável. Enquanto *O Mundo* e *O Dia* tinham uma média aritmética de fontes por peça jornalística inferior à unidade (0.67 e 0.8, respetivamente), o que decorre da aplicação da mesma lógica a *O Século* é bem distinto: resulta que este jornal atingiu nesse período uma média de quase duas fontes por peça (1.9 fontes por peça). O cálculo aritmético de fontes por peça, se considerado todo o *corpus* analisado, dá-nos um valor médio aproximado de 0.84 – ou seja, menos de uma fonte por peça.

Por outro lado, há aspetos que demonstram parecenças no método jornalístico destes órgãos. De facto, se os olharmos pelo prisma do uso de fontes de diferentes graus de confidencialidade, rapidamente concluímos que há uma tendência geral muito evidente. Todos divulgam informações que atribuem a fontes com graus de confidencialidade *on the record* e *on deep background* – e não tanto a fontes *on background*. Isto é por demais evidente no caso d’*O Dia*, em que o número total de fontes *on the record* representa mais de 60% do total das suas fontes, e em que o espaço que fontes deste tipo ocupam nas peças corresponde a mais de 85% do espaço que, nas páginas daquele periódico, se devota a informação proveniente de fontes de informação. O mesmo sucede nos outros dois jornais, porém com menor desequilíbrio entre as diferentes categorias das fontes. Ainda assim, a título ilustrativo, podemos asseverar que cerca de 49% das fontes de todos estes jornais são fontes *on the record* e que, de entre a restante percentagem, mais de 38% concerne a fontes *on deep background*.

O fator que volta a fazer *O Século* distanciar-se de modo evidente d’*O Dia* e d’*O Mundo* é o último que analisamos e diz respeito aos tipos de fontes por todos estes diários usadas, de acordo com o critério dos diferentes grupos sociais. Com efeito, *O Século* é o único jornal que, de forma muito clara, não se observa nenhuma tendência macrocefálica, na forma como veicula informações recolhidas através de fontes provenientes dos vários grupos sociais que já acima enumeramos. De facto, é no jornal de Magalhães Lima que observamos que há quatro grupos diferentes que se mantêm à tona do valor de 15%, no total de fontes *on the record* e *on background* empregues. São esses grupos, em ordem decrescente de proeminência concedida pelas peças do jornal, a Administração do Crédito Predial, a Imprensa do seu tempo, os Acionistas daquele banco e as fontes com origem na Política. De modo diverso, *O Mundo* concede uma parcela muito considerável (quase dois terços do total) da sua informação com origem em fontes *on the record* ou *on background* a dois grupos em particular: Administração do banco e Imprensa de todo o tipo. N’*O Dia* verificamos que tal tendência é mais acentuada e que a origem das fontes é ainda mais localizada, o que nos permite afirmar que quase metade da informação que o jornal atribui a fontes, entre as fontes *on the record* e as fontes *on background*, provém da restante imprensa contemporânea. Com efeito, entre essas peças em que *O Dia* recorre a informações de outros órgãos da imprensa, assinalámos que, com muita frequência, *O Dia* cita jornais conotados com o seu maior adversário político, José Luciano de Castro. Uma análise deste método de que o jornal usa, rapidamente nos leva a concluir que *O Dia* usava o texto na imprensa dos seus próprios adversários políticos para tentar desmontar e desacreditar as narrativas por

aqueles veiculadas. Ou seja, o que vemos ocorrer por variadas vezes é o redator do artigo fazer uma citação direta de um outro jornal, para de imediato, dedicar os parágrafos seguintes a refutar, ponto por ponto, o que acima se lê.

Investigando a cobertura jornalística da Crise do Crédito Predial, identificámos um ponto de referência para escândalos mediáticos na Banca relativamente distante no tempo, mas suficientemente próximo no que ao tipo de atores, aos crimes cometidos e ao desmazelo exposto na gestão diz respeito, se os compararmos com os casos mais próximos da nossa época. Mais a mais, o Estudo de Caso que levámos a bom porto evidencia também interessantes pontos. No que ao enquadramento noticioso, ao destaque conferido às temáticas e ao tipo de linguagem (e o respetivo tom que evoca) usado se refere, denota-se sem surpresas que dois dos periódicos analisados demonstram características típicas do seu tempo. Referimo-nos, naturalmente, a *O Dia* e *O Mundo*, de tão evidentes na sua função política, contrariamente a *O Século*, que, sendo muito próximo de um ideal político, demonstrava métodos editoriais muito mais sóbrios e neutrais.

No plano da imprensa hodierna, semelhantes análises poderiam ser levadas a cabo, tendo como objeto quer a imprensa generalista, quer a imprensa de especialidade económica, e assumindo objetivos semelhantes àqueles a que nos propusemos na presente investigação. Os casos de falência económica e institucional que mencionámos na Introdução são apenas alguns exemplos de escândalos cujo produto jornalístico que se lhe consagrou deveria também ser alvo de análise e estudo apurado. Alargando o âmbito, o mesmo poderia ser dito de escândalos de outras naturezas, mas de igual forma com repercussões notáveis na Opinião Pública e na sociedade portuguesa contemporânea. As tendências das coberturas jornalísticas evidenciadas por estas análises contribuem para um entendimento mais profundo da forma como a sociedade apreende estes acontecimentos – e, por extensão, de como essas situações de crise afetam os nossos juízos em matérias tão díspares como a Política, a Economia ou a Justiça. Donde, a indiscutível pertinência de trabalhos deste cariz. E que esta investigação contribua para tais projetos – eis o nosso objetivo derradeiro.

Referências Bibliográficas

Afonso Costa levanta no Parlamento a questão Hinton. (2004) Último acesso a 22/07/2015, em <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=034852>

BAPTISTA, J. (1966) *Um Jornal na Revolução*. Lisboa: Seara Nova.

BELO, A. J. G. (2012) *A Câmara dos Pares na Época das Grandes Reformas Políticas (1870-1895)*. Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.

BRANDÃO, R. (1919) *Memórias* (Vol. I). Porto: Renascença Portuguesa.

Cai o governo de Hintze Ribeiro. (2004) Último acesso a 22/07/2015, em <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=00290>

CAMACHO, B. (1937) *Questões Nacionais*. Lisboa: Guimarães Editores.

CARQUEJA, B. (1908) *O Capitalismo Moderno e Suas Origens em Portugal*. Porto: Oficinas do Comércio do Porto.

- COSTA, L. F., LAINS, P., & MIRANDA, S. M. (2014) *História Económica de Portugal 1143-2010*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Crédito Predial. (1910, 5 de maio) *Diário de Notícias*.
- Credito Predial – um desfalque importante – prisão do guarda-livros da companhia. (1910, 2 de maio). *Diário de Notícias*.
- A crise do Crédito Predial. (1910, 3 de maio) *O Dia*.
- DIAS, C. M. (1912a) *O Estado Actual da Causa Monarchica*. Lisboa: Edição de Autor.
- DIAS, C. M. (1912b) *Zona de Tufões*. Paris/Lisboa: Aillaud, Alves & Cia.
- É repugnante!... Suicídio - José Luciano - José Bello - Coroa". (1910, 23 de junho) *O Dia*.
- FERNANDES, G. (2010) *A Imprensa e a República*. Porto: Papiro Editora.
- HOMEM, A. C. (2000) Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal contemporâneo. In José Tengarrinha (Ed.), *História de Portugal* (pp. 263-283). São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC).
- HOMEM, A. C. (2010) A revolução no seu "dia inicial". *Público*. <https://www.publico.pt/2010/08/20/jornal/a-revolucao-no-seu-dia-inicial-19922945>
- Impotência. (1910, 23 de junho) *O Século*.
- A Lauta Boda do Crédito Predial (1910, 2 de maio). *O Século*.
- LEAL, M. M. C. (2013) *José Luciano de Castro. Um Homem de Estado (1834-1914)*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Anadia.
- MARQUES, A. de O. (1989) *Companhia Geral de Crédito Predial Português. 125 anos de história*. Lisboa: Edição do Banco.
- MARTINS, O. (1957) *O Repórter*. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores.
- MENCHER, M. (1991) *News Reporting and Writing*. Dubuque: William C. Brown Publishers.
- O dever é - Sair! (1910, 7 de junho) *O Século*.
- O trágico fim de um obrigacionista do Crédito Predial. (1910, 12 de junho) *O Século*.
- Oliveira, Lopes d'. (1947) *História da República Portuguesa - A propaganda na Monarquia Constitucional*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada.
- PABÓN, J. (1961) *A Revolução Portuguesa*. Lisboa: Editorial Aster.
- Público. (2010) *Discursos que mudaram o Mundo*. Oeiras: Ad Astra et Ultra.
- RAMOS, R., SOUSA, B. V., & MONTEIRO, N. G. (2009) *História de Portugal* (Vol. 6º). Lisboa: A Esfera dos Livros.

Realeza Morta! (1910, 3 de maio) *O Dia*.

Saia! - bradam as oposições. Fico! - replica o sr. Beirão! (1910, 7 de junho). *O Século*.

SANTOS, M. A. D. (2009) *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

SARDICA, J. M. (2010) A queda de um trono. *Público*. <https://www.publico.pt/2010/08/16/jornal/a-queda--de-um-tronorepublica-19868914>

SARDICA, J. M. (2013) Prefácio. In Manuel M. Cardoso Leal (Ed.), *José Luciano de Castro. Um Homem de Estado (1834-1914)* (pp. 9-14). Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Anadia.

Sousa, J. P. (2011) Eduardo Coelho, um inovador no jornalismo português oitocentista - o caso do Diário de Notícias. In Ana Cabrera (Ed.), *Jornais, Jornalistas e Jornalismo (séculos XIX e XX)* (pp. 53-83). Lisboa: Livros Horizonte.

SOUSA, T. de (1912) *Para a História da Revolução* (Vol. II). Porto: Moura Marques & Paraísos.

VALA, J. (1999) *Metodologias das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.